



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**Gabinete do Deputado Federal Cabo Gilberto Silva - PL/PB**

Requerimento de Informação

(Do Sr. Cabo Gilberto Silva)

Requerimento de informação ao Ministro de Minas e Energia solicitando acesso integral ao acordo entre a Anglo American e a MMG (subsidiária da China Minmetals) para venda de minas de níquel no Brasil.

Senhor Presidente:

Requerimento de Informação ao Ministro de Estado de Minas e Energia, Sr. Alexandre Silveira de Oliveira, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, informações sobre o acordo para aquisição de minas de níquel no Brasil por empresa chinesa.

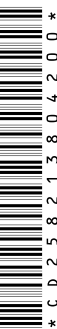
No sentido de esclarecer a esta Casa, quanto:

- A) Nos termos da lei nº 12.527 de 2011, solicito acesso integral ao documento de venda das minas de níquel da Anglo American no Brasil para a MMG, subsidiária da estatal chinesa China Minmetals, por US\$ 500 milhões.

**JUSTIFICATIVA**

A recente venda das minas de níquel da Anglo American no Brasil para a MMG, subsidiária da estatal chinesa China Minmetals, por US\$ 500 milhões, representa uma transação de alto impacto para a economia nacional, especialmente no setor mineral, que é estratégico para o desenvolvimento industrial e energético do país. Tal acordo, embora entre empresas privadas, envolve recursos naturais brasileiros e uma empresa controlada por um governo estrangeiro, o que suscita preocupações sobre o controle de commodities crítico como o níquel, utilizado em baterias e siderurgia.

Além disso, a operação tem gerado controvérsias internacionais, com questionamentos por parte de siderúrgicas nos Estados Unidos e investigações em curso no Conselho Administrativo de





**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**Gabinete do Deputado Federal Cabo Gilberto Silva - PL/PB**

Defesa Econômica (Cade), alegando possível concentração excessiva de mercado pela China, que já domina cerca de 60% da produção global de níquel. No contexto brasileiro, onde o níquel é extraído em regiões sensíveis como o Pará, é imperativo que o Congresso Nacional tenha acesso integral aos termos do acordo para avaliar se há conformidade com as leis antitruste e de defesa da concorrência nacionais.

A transparência é um pilar da democracia, conforme previsto na Constituição Federal, e o acesso a documentos públicos ou de interesse público é essencial para que os representantes do povo possam fiscalizar ações que afetam a economia e o meio ambiente. Sem o conhecimento pleno dos detalhes contratuais, incluindo cláusulas sobre exploração, royalties e obrigações ambientais, há risco de prejuízos irreparáveis ao patrimônio nacional.

Ademais, o níquel é um mineral chave para o setor energética, com demanda crescente para veículos elétricos e energias renováveis, o que torna essa aquisição um assunto de segurança nacional. O Brasil, como detentor de reservas significativas, deve priorizar políticas que maximizem benefícios internos, e o requerimento busca elucidar se o acordo atende a esses interesses, evitando dependência excessiva de mercados estrangeiros.

Por fim, a justificativa se ampara no dever de accountability do Poder Executivo perante o Legislativo, permitindo que esta Casa Legislativa exerça sua função fiscalizadora e proponha eventuais medidas corretivas, garantindo que transações dessa magnitude sejam conduzidas com transparência.

Sala de Sessões, em de \_\_\_\_\_ de 2025

Cabo Gilberto Silva

Deputado Federal

PL/PB

